

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO DE 2018 E 2017 (Valores em reais)

ATIVO	NOTA	2018	2017	PASSIVO	NOTA	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa	4	2.000	2.000	Fornecedores		663.847	883.196
Bancos Conta Movimento	4	631.345	2.421.598	Obrigações Sociais e Encargos		1.745.821	367.717
Aplicações de Liquidez	4	11.403.213	13.161.204	Impostos a pagar		504.170	410.194
Bancos Contas Vinculadas		–	67	Provisões p/ Férias		191.902	211.830
Aplicações Vinculadas		–	660.405	Recursos de Convênios		–	483.186
Contas a Receber de Contratos	5	10.882.278	10.884.452	Outras contas a Pagar		3.802	158
Adiantamentos		7.281	107.385	TOTAL CIRCULANTE		3.109.542	2.356.281
Impostos a Recuperar		39.301	39.301	NÃO CIRCULANTE			
Outras Contas a Receber		80.015	80.015	Provisão para Contingências	7	4.001.638	4.001.638
TOTAL CIRCULANTE		23.045.433	27.356.427			4.001.638	4.001.638
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO SOCIAL			
Depósitos Judiciais		4.001.638	4.018.367	Dotação dos Fundadores	8	564.108	564.108
Imobilizado	6	1.983.711	2.108.308	Superávit Acumulado	9/10	21.357.257	26.572.815
Intangível	6	–	11.740				
TOTAL NÃO CIRCULANTE		5.987.112	6.138.415	TOTAL PATRIMÔNIO SOCIAL		21.921.365	27.136.923
TOTAL DO ATIVO		29.032.545	33.494.842	TOTAL DO PASSIVO		29.032.545	33.494.842

As notas explicativas são parte integrante demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. Principais Atividades Desenvolvidas.

A FAT - FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem como objetivos principais: Colaborar com as instituições que atuam na área da educação e da tecnologia, buscando estimular e desenvolver o conhecimento, o ensino técnico e tecnológico, a pesquisa aplicada, o desenvolvimento experimental e a extensão de serviços à comunidade, especialmente em consonância com os objetivos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza- CEETEPS. Para a consecução de seus objetivos, a FAT poderá instituir desenvolver e apoiar: • Programas de geração, difusão e transferência de tecnologia; • Cursos, simpósios, conferências, seminários, estudos e pesquisas para desenvolvimento do ensino técnico e tecnológico; • Difusão do conhecimento tecnológico e a edição de publicações técnicas, periódicas, monografias e outras formas de divulgação; • Programas de bolsas de estudo e de estágios, no sentido de aprimorar a formação de estudantes, e professores, tanto no País como no Exterior; • Serviços e pesquisas tanto para entidades públicas, como privadas, dentro de cânones acadêmicos que visem, simultaneamente, o atendimento dos objetivos citados, o aprimoramento de pessoal especializado, bem como o atendimento às necessidades de tais entidades; • Concurso para seleção de aluno ingressante às instituições de ensino de 2º e 3º graus; • Concursos públicos ou processos de seleção em geral; • Projetos culturais em geral; • Atividades de pesquisa e extensão de serviços à comunidade na área educacional e da tecnologia; • A organização, a gestão, a operacionalização e a elaboração de cursos de graduação, pós-graduação e extracurriculares do CEETEPS ou de outras instituições, públicas ou privadas; • Outras atividades compatíveis com seus objetivos; • O desenvolvimento de atividades de apoio cultural, social, acadêmico e ambiental; • Parceria para a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas; • A concessão de bolsa de estímulo a inovação para a realização de projetos de pesquisa e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITG 2002- Entidades sem Finalidade de Lucros. **2.1 Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações contábeis da Fundação estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. **2.1. Caixa e equivalentes de Caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. **2.2. Instrumentos Financeiros:** A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas classificações são definidas no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio de resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e encontram-se registrados no Ativo Circulante. Os ganhos ou perdas apuradas são apresentados na demonstração do Resultado na rubrica de Receitas Financeiras Líquidas, no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tivesse sido contratado em conexão com outra operação. Empréstimos e recebíveis são os valores concedidos e os créditos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses. **2.3. Imobilizado:** O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas do valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.4. Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.5. Outros Ativos e Passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Fundação decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **2.6. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Fundação requer que a Diretoria Executiva faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e Premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.** A Fundação reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **2.7. Tributação:** A Fundação, em função de ser uma entidade sem fins lucrativos, está isenta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, bem como do Programa de Integração Social e da Cofins incidentes sobre as receitas das atividades fins da Fundação. **2.8. Reconhecimento de Receitas:** A Fundação adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre

as políticas contábeis da Fundação relacionadas a contrato com clientes são fornecidas na Nota explicativa 9. A norma CPC 47 / IFRS 15 substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas, essa norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflète a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação de serviços. A Fundação avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

3. Aplicações Financeiras

O saldo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 11.403.213 (R\$ 13.161.204 em 2017) corresponde às aplicações financeiras de recursos próprios e estão segregadas entre aplicações em certificados de depósitos bancários, cujas taxas variam entre 95% a 101% da taxa do CDI e fundos de aplicações financeiras.

4. Bancos e Aplicações Financeiras

Os recursos provenientes dos convênios firmados entre a FAT e órgãos públicos são mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão classificados como Banco Conta Vinculada. Durante o exercício de 2018 foram sendo liquidados os valores contidos nas contas vinculadas aos convênios devido aos encerramentos destes por isso em 31 de dezembro de 2018 não há mais saldo contidos nas contas bancárias e aplicações financeiras vinculadas.

5. Contas a Receber

	2018	2017
Parcelas de Concursos	(a) 10.882.278	10.721.186
Parcelas de Contratos a Receber	33.100	181.212
Parcelas de Cursos a Receber	–	15.154
Provisão para Perdas	(b) (33.100)	(33.100)
TOTAL	10.882.278	10.884.452

Contas a receber refere-se às notas fiscais emitidas por força de instrumentos contratuais, onde a Fundação é responsável pela execução de serviços, bem como de parcelas de cursos ainda não recebidas. (a) Durante o exercício de 2018, o modelo contratual relativo à execução dos concursos relacionados às FATEC e ETEC, foram alterados de forma que os numerários recebidos pela Fundação, pelas inscrições e vendas de manuais de candidatos do Vestibular e Vestibulinho devem ser repassados ao Centro Paula Souza e serão posteriormente devolvidos à FAT. (b) Para as contas a receber consideradas de difícil realização, é constituída provisão para perdas no recebimento de créditos.

6. Imobilizado e Intangível

	2017	Adições	Baixas	2018
CUSTO	3.907.694	13.765	–	3.921.459
Imóveis	2.604.698	–	–	2.604.698
Edificações	183.852	–	–	183.852
Instalações	10.226	2.128	–	12.354
Móveis e Utensílios	366.315	–	–	366.315
Máquinas e Equipamentos	243.537	11.637	–	255.174
Computadores e Periféricos	448.896	–	–	448.896
Outros Ativos	50.170	–	–	50.170
2017	Depreciação	Baixas	2017	
DEPRECIÇÃO	(1.799.386)	(138.362)	–	(1.937.748)
Imóveis	(598.440)	(112.870)	–	(711.310)
Edificações	(192.534)	8.682	–	(183.852)
Instalações	(6.123)	–	–	(6.123)
Móveis e Utensílios	(325.240)	(10.212)	–	(335.452)
Máquinas e Equipamentos	(222.132)	(5.895)	–	(228.027)
Computadores e Periféricos	(411.447)	(18.067)	–	(429.514)
Outros Ativos	(43.470)	–	–	(43.470)
2.108.308	(124.597)	–	–	1.983.711
INTANGÍVEL	2017	Adições/ (Amortização)	Baixas	2018
Intangível	75.967	–	–	75.967
Amortização Acumulada	(64.226)	(9.977)	–	(74.203)
INTANGÍVEL LÍQUIDO	11.740	(9.977)	0	1.764

7. Contingências

A Fundação vem requerendo junto a Prefeitura do Município de São Paulo sua isenção relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS desde o exercício de 2004, no entanto, em exercícios anteriores recebeu autos de infração cujo total foi depositado em juízo para posteriormente impetrar recursos na esfera judicial. Embora na opinião de seus assessores jurídicos as possibilidades de perda nos processos sejam consideradas como remota e possível, respectivamente, a diretoria optou por manter provisão em seu passivo para fazer face a eventual conferência dos depósitos judiciais à Administração Municipal de São Paulo.

8. Patrimônio Social

A Dotação dos Fundadores em 31 de dezembro de 2018 estava representada pelo valor de R\$ 564.108. Para o exercício de 2018 foram constituídos ajustes relativos a adaptação ao CPC 47 - Contrato com Cliente, que determina medidas específicas para reconhecimento de receita, trazendo o conceito de "Obrigação de Desempenho" tanto da entrega do serviço, quanto da transferência de riscos e benefícios oriundos deste serviço. A entidade efetuou um ajuste no valor de R\$ 7.946.220,00 de para receitas que deveriam, conforme as novas regras contábeis, serem reconhecidas posteriormente quando cumprida a Obrigação de Desempenho.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão dos processos de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores em Reais)

	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas de Contratos	1.716.366	710.264
Receitas de Cursos e Patrocínios	1.941.819	2.048.025
Receitas de Concursos	27.387.190	25.855.558
RECEITA BRUTA	31.045.375	28.613.847
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(18.769.699)	(15.859.336)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.275.676	12.754.511
Despesas e Receitas Operacionais		
Despesas Com Pessoal e Encargos	(3.544.148)	(2.578.279)
Serviços de Terceiros	(3.121.136)	(5.532.788)
Despesas Gerais	(2.893.213)	(2.621.934)
Receitas Financeiras Líquidas	196.576	1.004.220
Despesas Tributárias e Outras Taxas	(183.093)	(383.422)
Despesas com Contingências	–	(660.687)
	(9.545.014)	(10.772.890)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.730.662	1.981.621

As notas explicativas são parte integrante demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (Valores em Reais)

	Dotação dos Fundadores	Superávit Acumulado	Total do Patrimônio Social
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	564.108	24.591.194	25.155.302
Superávit do Exercício	–	1.981.621	1.981.621
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	564.108	26.572.815	27.136.923
Ajuste de Adequação ao CPC 47	–	(7.946.220)	(7.946.220)
Superávit do Exercício	–	2.730.662	2.730.662
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	564.108	21.357.257	21.921.365

As notas explicativas são parte integrante demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores em Reais)

	2018	2017
Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	2.730.662	1.981.621
Ajustes ao Superávit do Exercício		
Depreciação	148.338	149.384
Ajuste de Adequação ao CPC 47	(7.946.220)	–
Variação das Contas Operacionais		
Banco Conta Vinculada	67	24.094
Aplicações Financeiras Vinculadas	660.405	261.031
Adiantamentos	100.104	(43.936)
Contas a Receber de Contratos	2.174	(9.435.390)
Outras Contas a Receber	–	11.580
Impostos a recuperar	–	(39.301)
Depósito Judicial Trabalhista	16.729	(4.002.284)
Obrigações Sociais e Encargos	1.378.104	64.534
Obrigações Tributárias	93.976	228.209
Provisão para Férias	(19.928)	(26.670)
Recursos de Convênios	(483.186)	(286.250)
Outras Contas a Pagar	3.644	(2.667)
Fornecedor	(219.349)	(156.711)
Provisão para Contingências	–	460.688
Total dos ajustes	(6.265.142)	(12.793.689)
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	(3.534.480)	(10.812.068)
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(13.764)	–
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(13.764)	–
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.548.244)	(10.812.068)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	15.584.802	26.396.870
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	12.036.558	15.584.802
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.548.244)	(10.812.068)

As notas explicativas são parte integrante demonstrações contábeis

9. Receitas

A Fundação realizou um estudo do CPC 47 / IFRS 15, e durante essa análise a Administração entendeu que parte de valores anteriormente reconhecidos como receitas auferidas em Vestibulares e Vestibulinhos, no exercício de 2017, por força da nova regra em vigor desde 1º de janeiro de 2018 deveriam ser reclassificados para o exercício de 2018, uma vez que apenas parte das exigências contratuais e dos custos compreendidos na prestação de serviços foram completamente satisfeitos no exercício de 2017. Os efeitos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 foram os seguintes:

	2017 (Divulgado)	Ajustes - CPC 47 de: 2016	2017	2017 (Ajustado)
Receitas Operacionais				
Receitas de Contratos	710.264	–	–	710.264
Receitas de Cursos e Patrocínios	2.048.025	–	–	2.048.025
Receitas de Concursos	25.855.558	4.552.626	(7.946.220)	22.461.964
Receitas Totais	28.613.847	4.552.626	(7.946.220)	25.220.253

10. Superávit do Exercício

Com base na proposta da Diretoria, a ser submetida à aprovação do Conselho de Curadores, conforme demonstração do Superávit de 2018 foi apropriado ao Patrimônio Social da Fundação para ser utilizado, de acordo com o Estatuto, na consecução dos objetivos institucionais da FAT.

São Paulo, 25 de março de 2019.

PROF. CESAR SILVA
Diretor Presidente
PROF. FRANCISCO SCARFONI FILHO
Diretor Administrativo
RUBENS GERALDO CABRAL – Contador Responsável – CRC: 1 SP 188.585/O-7

Ao Conselho Curador da

FAT - FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Apoio à Tecnologia – FAT ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus flux